

A IMPLANTAÇÃO DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES, DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR) NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS/MA.

Fabianna Lima Sousa¹

Severino Vilar de Albuquerque²

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

fabianna8@outlook.com

Resumo: O presente trabalho resulta de uma pesquisa intitulada “A implantação das ações de formação continuada de professores desenvolvidas no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR) no município de São Luís”, realizada no estado do Maranhão, no período de 2015 a 2017. A pesquisa se enquadra na abordagem qualitativa, cujo objetivo foi analisar as contribuições da formação continuada de professores no âmbito do PAR, para a qualidade da educação no sistema público de ensino deste município. O estudo apoia-se nas contribuições de autores que discutem a temática por meio de estudos teóricos e empíricos, entre os quais: Saviani (2007); Nóvoa (2009); Gadotti (2010); Sousa (2006); e Albuquerque (2014). A pesquisa contou com documentos oficiais, observação e entrevistas com gestores escolares e professores de duas escolas da rede pública municipal. A investigação deu ênfase ao Plano de Desenvolvimento da Educação/PDE, instituído pelo Decreto-Lei 6.094 de 24 de abril de 2007 que dispõe sobre o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, que é um regime de colaboração da União para com Estados e municípios, para o desenvolvimento de ações e programas com vistas à melhoria da qualidade da educação pública. O referido Plano de Metas é orientado por 28 diretrizes a serem alcançadas. A partir dos dados coletados, foi possível concluir que o processo de implantação das ações de formação continuada nem sempre contou com efetiva participação dos professores na definição dos conteúdos das pautas de formação continuada, trazendo consequências desfavoráveis quanto à efetividade das ações, no que tange à qualificação do trabalho docente e à melhoria da qualidade da educação.

Palavras-chave: Plano de Desenvolvimento da Educação, Plano de Ações Articuladas, Formação continuada de professores, Qualidade da educação.

¹ Estudante do curso de licenciatura em Pedagogia/ UEMA. Bolsista iniciação científica FAPEMA/ UEMA

² Doutor em Educação. Professor do Departamento de Educação e Filosofia/ UEMA. Coordenador do Projeto de Pesquisa com fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA).

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo resultou de uma pesquisa desenvolvida junto à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PPG/UEMA e à Fundação de Amparo ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), no ano de 2015 a 2017 e tem como foco o processo de implantação do Plano de Ações Articuladas (PAR) no município de São Luís. Assim, nesta delimitação, a pesquisa buscou refletir em que medida este Plano contribuiu para a melhoria da qualidade da educação, como propugna o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo decreto 6.094 de 24 de abril de 2007. A investigação realizada também analisou a implantação das ações de formação continuada de professores, desenvolvidas por meio do PAR.

Historicamente, a educação escolar brasileira se caracterizou em ser seletiva e excludente e, conseqüente, foi tratada como privilégio de poucos. Entretanto, apesar de tais marcas, também historicamente, essa mesma educação foi alvo de tentativas, do ponto de vista discursivo e prático, para que fosse um direito a ser usufruído por todos, quer nos aspectos quantitativos quer nos aspectos qualitativos. Nesta direção, a década de 1980 se constituiu em um significativo momento a partir do qual a expansão e a qualidade passaram a ser compreendidas como dimensões inseparáveis da educação escolar. Ao estabelecer a educação como direito de todos e dever do Estado, a atual Constituição Federal/CF de 1988 se constituiu no marco legal a partir do qual a educação no Brasil passou a ser vista de forma diferenciada de períodos anteriores. Com efeito, a partir de então, houve um maior investimento em prol da educação por meio de Planos que estabeleceram ações para a melhoria da qualidade da educação.

O termo “qualidade da educação” possui diferentes concepções ou entendimentos uma vez que, para um grupo de autores e pesquisadores, qualidade é um termo amplo e se caracteriza por uma série de fatores sejam eles políticos, econômicos ou sociais. Nas palavras de Gadotti (2010, p. 7) “na educação, a qualidade está ligada diretamente ao viver de todas as nossas comunidades, a partir da comunidade escolar. Não podemos separar a qualidade da educação da qualidade como um todo, como se fosse possível ser de qualidade ao entrar na escola e piorar a qualidade ao sair dela”. Para outros (e mormente nas políticas educacionais), a qualidade da educação é visibilizada em metas quantitativas, em resultados numéricos que sinalizam aumento do desempenho do rendimento do

sistema escolar apresentados por várias medidas de aferição.

Em 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) foi lançado oficialmente em 24 de abril, simultaneamente à promulgação do Decreto nº 6.094, dispendo sobre o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”. Este, chamado de carro-chefe da política, tem como objetivo efetivar o regime de cooperação entre os entes federados: União, Estados e Municípios, regime este que, no âmbito educacional, deve resultar em ações e programas com vistas à melhoria da qualidade da educação básica no país.

Ao analisar o cenário da implantação do PDE por meio do PAR no âmbito municipal, Albuquerque (2012, p. 37) enfatiza a importância da discussão das políticas públicas quando diz:

Por se tratar de uma política que atinge todo o País, principalmente por envolver a participação dos municípios e estados na sua implementação, a iniciativa é, portanto, considerada como uma possibilidade de recolocar o debate sobre a responsabilidade do Estado na promoção de políticas públicas em curso no Brasil.

Com isso, a possibilidade de suprir as necessidades de cada ente federativo cresce, uma vez que cada ente, de acordo com suas particularidades, possui autonomia para elaborar, implementar e avaliar ações que visem a melhoria do ensino. Tendo em vista que a participação da comunidade escolar e da sociedade civil é fundamental na construção e na fiscalização destas políticas, não podem ser excluídos, em momento algum, estes membros. Desta forma, o PAR é o instrumento planejado para viabilizar as mudanças no ensino sob o pressuposto que em sua formulação haja efetiva participação da sociedade civil organizada e, mais especificamente, dos educadores.

Para dar efetividade às ações do PAR nos municípios é difundida para os professores a crença de que, por meio das ações de formação continuada desenvolvidas pelo PAR, será garantida a qualidade da educação básica (neste caso, tal qualidade é aferida pelo IDEB).

Para que haja qualidade na educação, outra questão é extremamente importante que é o docente sendo o protagonista que soluciona os problemas que enfrenta em suas práticas e para isso carece de uma formação permanente que o mantenha atualizado e consiga ter competência ao atuar nos distintos contextos, como transformador social e não mero reprodutor de técnicas ou saberes de currículo. Para isso é preciso dar condições ao profissional, no sentido de que lhe seja propiciado a formação continuada. A respeito disso Nóvoa (2009, p. 11) aponta que:

Podemos ter todas as teorias, porém se não tivermos professores extremamente bem formados, não conseguiremos segurar a qualidade do ensino. Educadores competentes valem muito mais do que qualquer técnica, método ou teoria.

Diante disso, destacamos o quão importante é a formação continuada de professores para a melhoria da educação. É, pois, nesse sentido que concentra-se o objetivo principal dessa pesquisa, uma vez que na política do PDE/PAR, a dimensão que trata da formação de professores ganha bastante relevo, já que esses profissionais desempenham papel fundamental do processo educativo e sobre os mesmos recai a responsabilidade pelo desempenho escolar do estudante.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi de natureza qualitativa. Tal escolha foi baseada no entendimento de que a mesma se constituía no adequado caminho investigativo para que melhor fosse compreendido o objeto de nosso estudo em suas múltiplas dimensões. Assim, em vista do embasamento teórico que a abordagem requer, preliminarmente, recorreremos a vários trabalhos, dentre os quais se destacaram os de Albuquerque (2014), Gadotti (2010) e Nóvoa (2009). Nestes termos, apropriando-nos das palavras de Sousa (2006, p. 7), o arcabouço teórico serviu de “referencial para que, a partir dele, os dados coletados fossem confrontados, analisados e compreendidos”.

Juntamente com as necessárias observações iniciais feitas no campo, a pesquisa utilizou o instrumento da entrevista (semi-estruturada), aplicado em sujeitos de distintas categorias, a saber: do ponto de vista institucional, o Secretário de Educação, do município de São Luís e, do ponto de vista dos atores sociais da escola, 16 docentes da rede de ensino deste mesmo município. No atual artigo será utilizado uma parte das entrevistas por conta da limitação do espaço. Convém ressaltar que os professores exercem suas funções em duas escolas municipais as quais foram selecionadas pelo critério de uma, no ano de 2016, a Escola “A” ter obtido maior pontuação no IDEB e a outra, mesmo ano, a Escola “B”, ter obtido a menor pontuação neste mesmo parâmetro avaliativo e ano.

Em paralelo às atividades de campo, a investigação também foi realizada na perspectiva da análise documental, com ênfase sobre os

documentos oficiais que tratam da política do PDE e do PAR. Endossando o posicionamento de Sousa (2002), os documentos oficiais também foram utilizados como fonte de coleta de dados pelo fato de, através deles, ser explicitado o planejamento político da educação o que, em última análise, se constitui em uma forma específica de intervenção do Estado neste mesmo setor educacional.

3 – SÃO LUÍS: ASPECTOS DESCRITIVOS DE UM CHÃO SÓCIO-POLÍTICO E EDUCACIONAL

Neste capítulo será abordado de forma breve uma caracterização social, política e econômica do município de São Luís e informações acerca da rede pública municipal de ensino.

3.1 – Dados gerais do município de São Luís

O município de São Luís, capital do estado do Maranhão, está localizado na região nordeste do Brasil e foi fundada por franceses no dia 8 de setembro de 1612. De acordo com dados do IBGE 2010, o município de São Luís possui uma população estimada de 1.014.837 habitantes. A população da zona rural é estimada em 56.315 pessoas e da zona urbana é de 958.522 pessoas que ocupam uma área de, aproximadamente, 834.785 km². O município apresenta uma densidade demográfica de 1.215,69 hab./km².

Nos aspectos sociais o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,768 segundo a estimativa do IBGE de 2010. Acerca das despesas orçamentárias do município, de acordo com o IBGE o Produto Interno Bruto (PIB) em serviços é 12.678.990 reais e na Indústria 5.945.312 reais.

3.2 São Luís e sua rede municipal de ensino: breve caracterização

Do ponto de vista organizacional, o sistema municipal de ensino de São Luís está dimensionado em núcleos, sendo eles: Anil, Centro, Cidade Operária, Coroadinho, Itaquibacanga, Zona Rural e Turu- Bequimão. Atualmente a rede de educação possui 260 escolas, (incluindo os anexos, que são escolas que comportam a quantidade de alunos que a sede não comportou). Da quantidade de escolas acima mencionadas, 97 (noventa e sete) são para a

educação infantil, enquanto para o ensino fundamental são 162 escolas.

No que diz respeito à gestão do sistema de ensino da capital maranhense, a pesquisa identificou que o município participante da pesquisa possui 89 gestores pertencentes à Educação infantil e 139 gestores gerais no Ensino Fundamental, conta ainda com 89 gestores adjuntos na mesma modalidade de ensino, totalizando assim o número de 312 gestores distribuídos pelos 07 núcleos da rede de ensino. De acordo com o Censo Escolar de 2016, a rede municipal de ensino conta com 321 coordenadores pedagógicos, para os turnos matutino e vespertino nos 07 núcleos de educação. Desse quantitativo, 180 são especialistas em educação e 141 professores que atuam como apoio pedagógico.

No quadro abaixo, é possível observar a evolução do índice relativo às metas projetadas pelo MEC.

QUADRO 2: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de São Luís

Município	Ideb Observado						Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
São Luís	3.6	4.0	4.3	4.2	4.1	4.5	3.6	4.0	4.4	4.7	5.0	5.2	5.5	5.8

FONTE: O autor, a partir da base de dados do MEC/ INEP-2017

Ao verificar o IDEB do município, percebe-se que São Luís obteve uma queda em 2011 em comparação com as metas projetadas, isso acaba por refletir sobre as políticas que encontram-se desenvolvidas no Município.

Durante o período em que a pesquisa foi realizada, o PAR já havia sido implantado e o município apresenta retrocesso. É oportuno enfatizar que os municípios assinaram um termo de adesão ao Decreto 6.094/2007 visando a melhoria da qualidade da Educação para isso o IDEB é o indicador que verifica o cumprimento das metas fixadas no termo de adesão ao compromisso, diante disso o município apresenta IDEB pouco significativo. O que se identifica é que a rede pública não apresenta um quadro satisfatório se comparado com as metas estabelecidas pelo MEC. Nesse sentido, Albuquerque (2014) diz que o PAR foi criado para oportunizar a promoção de ações e atividades que contribuam para o processo de desenvolvimento educacional dos municípios com vistas à elevação do IDEB. Assim, se verifica que as ações do PAR não produziram efeitos favoráveis na melhoria da qualidade da educação pública municipal.

3.2.1 Caracterização das escolas que participaram da pesquisa

Nesse tópico será apresentado a caracterização sobre as escolas selecionadas para participar da pesquisa. A unidade de ensino que alcançou a maior pontuação no IDEB foi denominada “A” e a com menor pontuação no IDEB, foi designada de “B”.

A escola “A” funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno e oferece os seguintes níveis de ensino Fundamental I (manhã), Fundamental II (tarde) e Educação de Jovens e Adultos (à noite). Por outro lado, convém mencionar que esta unidade de ensino funciona em dois prédios anexos. O quadro de funcionários da parte administrativa da escola “A” tem dois gestores e cinco coordenadores pedagógicos, para os três turnos. No que concerne ao quadro de discentes, a escola dispõe de 51 professores, no polo, divididos aos três turnos e 38 docentes que atuam nos anexos.

O funcionamento da escola “B” acontece nos turnos matutino e vespertino e os níveis de ensino são: fundamental I e II. A instituição conta com dois gestores e dois coordenadores pedagógicos para os dois turnos. Em relação ao quantitativo geral de professores, há 60 docentes.

4 – PDE E PAR: um olhar da política educacional do MEC para a melhoria da qualidade do ensino

Neste capítulo será apresentado uma breve análise acerca das políticas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e do Plano de Ações Articuladas (PAR).

4.1 – O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): uma política com vistas à melhoria da qualidade da educação pública

No âmbito das políticas públicas educacionais, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), cujas ações vêm sendo implantadas desde 2007 por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), tem merecido atenção de pesquisadores que se detêm a analisar os possíveis efeitos das ações desse Plano sobre o atendimento educacional. O PDE, lançado oficialmente em 24 de abril de 2007, é um conjunto de 28 Diretrizes, desdobradas em 30 ações que dizem respeito aos diversos níveis e modalidades de ensino, e se dedicam a combater problemas que influenciam o processo de aprendizagem.

O PDE é uma espécie de guarda-chuva que abriga diversos programas, dentre eles o que foi instituído no decreto N° 6.094, de 24 de abril de 2007 e que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas “Compromisso Todos pela Educação”; plano este a ser executado sob o regime de colaboração entre a União e os estados, o Distrito Federal e os municípios objetivando a mobilização social para a melhoria da qualidade da educação básica. O Plano de Metas é financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão este responsável pela gestão de arrecadação da contribuição social e distribuição de recursos. No capítulo I do Decreto-Lei 6.094/2007 o Compromisso é orientado por 28 diretrizes; dentre estas há quatro diretrizes que se pode considerar como imprescindíveis: estabelecer como foco a aprendizagem, apontando resultados concretos a atingir; alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico; implantar plano de carreira, cargos e salários para os profissionais da educação, privilegiando o mérito, a formação e a avaliação do desempenho; e instituir programa próprio ou em regime de colaboração para formação inicial e continuada de profissionais da educação.

4.2 O Plano de Ações Articuladas (PAR): o planejamento do PDE para as ações da educação municipal

O Plano de Ações Articuladas, que é construído pelos estados e municípios para um período de quatro anos, pode ser acessado por qualquer computador conectado à internet através do SIMEC- Módulo PAR Plano de Metas.

O PAR, a ser elaborado pelos estados, o Distrito Federal e os municípios, é composto por quatro dimensões, a saber: i) Gestão educacional; ii) Formação de Professores e dos profissionais de serviço e apoio escolar; iii) Práticas pedagógicas e avaliação e, Infraestrutura física e Recursos pedagógicos. Para a elaboração do PAR municipal, uma equipe técnica é enviada a cada município para coletar as informações e produzir o diagnóstico da educação básica do sistema local. Com o diagnóstico, o ente elabora o PAR, que deve contar com a participação de gestores, educadores e sociedade civil; e este será base para ser firmado o convênio entre o MEC e o ente federativo. Vale ressaltar que a adesão ao Plano deve ser realizada de forma voluntária. Consequentemente, sem esta adesão, a União não fará repasse de recursos financeiros aos demais entes federativos. Por sua vez, o monitoramento é feito com base em relatórios ou, caso seja necessário, através de inspeção realizada pela equipe

técnica do MEC.

5 Formação continuada de professores no âmbito do PAR: o que dizem os entrevistados?

Ao ser indagado sobre a participação dos professores na elaboração do PAR, o Secretário de Educação do Município de São Luís respondeu o seguinte: *“Como eu disse tem que haver a opinião deles, entendeu?! Porque eles que vão ser os beneficiados, então eles têm que falar o que ‘tá’ acontecendo, o que ‘tá’ faltando. E eles também, é como se eles fossem um...um veículo de transmissão de demandas”*. Diante desta fala oficial, é sinalizada que a participação da comunidade escolar e civil seja de fundamental importância no processo de elaboração do PAR. Entretanto, quando os sujeitos escolares foram questionados a respeito do PAR, o professor 12 trouxe o seguinte depoimento: *“Não, desconheço! Plano de Ações Articuladas é de qual instituição?! Eu não conheço”*. Assim, fica evidente uma contradição nas falas dos sujeitos dos dois distintos âmbitos envolvidos no PAR (o gestor do sistema e os docentes). Com efeito, os professores declararam que não existe conhecimento algum a respeito da política do PAR; por outro lado, o que foi dito na Secretaria de Educação é o contrário: que há uma necessidade da participação da comunidade escolar, e que eles participam, sim. Diante disto, foi evidenciado que, ao chegar nas escolas, a implantação de tal política não acontece da forma que é recomendada nos programas federais.

Em relação aos professores que participaram de formação continuada, e sobre qual órgão era responsável por tal formação oferecida, se pela SEMED ou pelo MEC, o professor 01 pontuou o seguinte: *“Sim. Nós participamos do PNAIC, que começou desde 2013, eu particularmente sou formadora do PNAIC, de vez em quando também tem algumas formações na área de educação especial que a SEMED promove, tem também o curso na área de alfabetização, cursos na área do ANA, que é Provinha Brasil. Essas formações são do Ministério da Educação, junto com a SEMED”*.

Os professores em sua maioria participaram de formações fornecidas pela SEMED. Alguns já participaram de formações continuadas que são disponibilizadas pelo MEC, porém, a partir de várias falas docentes, pode ser constatado que poucos conhecem se o Plano de Ações Articuladas tem a ver com tais formações.

Muitos professores se queixaram de suas necessidades não terem sido contempladas

por ocasião da elaboração das pautas das formações, relatando que “*não, tá pronta e a gente só se escreve no que quer participar*”. Estes afirmam que as pautas já vêm prontas da SEMED, cabendo a eles só participarem das oficinas. Outrossim, a ação investigativa identificou que as pautas de formação continuada acabam sendo determinadas pela SEMED sem que fosse feito um levantamento das demandas dos professores. Tendo como referência a análise de Gadotti (2010, p.8), quando este autor enfatiza que “*não há qualidade da educação sem a participação*”, tal realidade deu margem para que questionassem sobre a eficácia da formação analisada pela pesquisa. Ainda para este autor (2010), o professor é a referência estratégica da qualidade da educação.

Além disso, percebeu-se também que o foco principal das formações é a alfabetização, necessitando-se assim que essas formações contemplem mais áreas e, assim, poder gerar mais qualidade para a educação pública na medida em que, também, os alunos obtenham êxito em seu itinerário educativo. Por outro lado, os sujeitos apresentaram os seguintes fatores, dentre outros, como entraves para as atividades de formação: falta de climatização adequada, superlotação das salas, carência de materiais que complementassem o trabalho docente, etc. Diante disto, novamente reafirmamos com Gadotti (2010, p. 20), a necessidade de o ambiente de aprendizagem ser dotado de condições materiais, físicas, pedagógicas e humanas para que ocorra uma efetiva aprendizagem.

Por fim, a pesquisa verificou que as formações continuadas desenvolvidas no âmbito da Secretaria de Educação de São Luís desconsideram as reais necessidades e apoio para o trabalho pedagógico, descaracterizando os reais objetivos almejados pela formação continuada, ou seja, proporcionar melhorias na qualidade da educação e, conseqüentemente, impactar positivamente no processo de ensino-aprendizagem. De igual modo, é de suma importância a qualificação do professor, a partir de suas reais necessidades que se alcançam melhorias, pois ele é o agente que conhece os percalços da educação na sua prática. Deste modo, ao desconsiderar esses fatores, há um descompasso nas orientações estabelecidas pelo MEC no que se refere a uma proposta de melhoria na qualidade da educação, limitando-se apenas na elevação de índices, deixando lacunas na educação.

Com isso, confirma-se que as formações continuadas são de extrema significância para todos os sujeitos escolares, de modo especial, os maiores beneficiados, que são os professores e os alunos. Nesta perspectiva, a implantação das políticas públicas educacionais deve ocorrer conforme é instituído em Lei, para que seus

destinatários sejam verdadeiramente favorecidos e, assim, se constituam em agentes de transformação nas e das realidades sociais nas quais estão inseridos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o apoio dos autores consultados, a análise do problema investigado permite concluir que, ao tomar os dados do IDEB, o município de São Luís não obteve uma avaliação favorável levando em conta a implantação das ações do PAR, particularmente àquelas voltadas para a formação continuada de professores.

Foi possível compreender que a escolha de programas e ações por meio do PAR municipal necessita de uma efetiva participação da comunidade escolar e da sociedade civil organizada conforme preconizam as diretrizes do PDE. A pesquisa permitiu evidenciar que a própria elaboração do diagnóstico da rede municipal de ensino, bem como do PAR neste município contrariou o que está instituído no Plano, que prevê a participação efetiva dessas importantes instâncias, no sentido de que o PAR municipal possa refletir as reais necessidades da educação pública.

Igualmente, tomando a análise acurada dos dados coletados, pode-se afirmar que os professores, além de serem alijados da elaboração do PAR, não foram contemplados nas suas necessidades formativas, para a qualificação do seu trabalho de sala de aula. Os depoimentos deixaram evidências de que as ações de formação continuada de professores são levadas à escola hierarquicamente, sem que os docentes possam fazer escolhas acertadas acerca dos conteúdos de seu interesse. Apesar de, em algum momento a formação oferecida tratar de alguma questão relacionada aos interesses dos professores, esses profissionais depuseram que o foco dos conteúdos volta-se tão somente para a elevação dos indicadores do IDEB, desfocando a avaliação do seu caráter essencialmente diagnóstico e formativo.

Dentre as dificuldades que a pesquisa enfrentou, pode-se apontar, entre as mais importantes, a resistência inicial dos gestores na Secretaria de Educação do município e, de igual modo, guardadas as devidas proporções, a pouca disponibilidade dos professores para participarem da pesquisa. Geralmente os professores utilizavam-se do argumento de que estavam lecionando, fato que corroborou para uma certa demora na finalização do trabalho de campo. Todavia, as dificuldades encontradas foram totalmente superadas, e a pesquisa foi realizada dentro do cronograma previsto.

Por fim, não obstante os desacertos da implantação das ações de formação continuada de professores no PAR de São Luís, uma importante constatação da pesquisa foi a crença, da maioria dos professores entrevistados, de que a formação continuada pode influenciar significativamente na qualificação do trabalho docente e na melhoria da qualidade da educação, objetivo da política educacional do MEC, em execução nos municípios desde 2007.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Severino Vilar de. *Formação continuada de professores no Estado do Maranhão: do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) ao Plano de Ações Articuladas (PAR)*, 2013, 497. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

_____. *Políticas educacionais no estado do Maranhão: a Formação Continuada de Professores no Plano de Ações Articuladas (PAR)*. Revista Educação e Fronteiras On-line, Dourados/MS, ISSN 2237-258X, v. 4, n.10, p.07-25, jan./abr. 2014.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Histórico e estatísticas*. IBGE. Disponível em: <http://cdo.ibge.gov.br> Acesso em: 09 Jul. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. *Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE*. Brasília, 2007. (Caderno de divulgação das ações do PDE).

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 13 Jan. 2016

_____. Decreto 6.094/2007, de 24 de abril de 2007. *Institui o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação*. Brasília, D.O.U.

_____. Ministério da Educação. *Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE*. Brasília, 2007. (Caderno de divulgação boas ações do PDE).

_____. Ministério da Educação. *O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e Programas*. Brasília, 2007. (Caderno de divulgação das razões, princípios e programas do PDE).

DEMO, Pedro. *Sociologia: uma introdução crítica*. São Paulo: Atlas, 1985.

GADOTTI, Moacir. *Qualidade na educação: uma nova abordagem*. São Paulo: Editora e Livraria Paulo Freire, 2010.

NÓVOA, Antônio. *Professores Imagens do futuro e do presente*. Lisboa, EDUCA, 2009, P. 9-20.

SAVIANI, Demerval. *O Plano de desenvolvimento da educação: análise e do Projeto do MEC*. Campinas: Editores Associados, vol. 28, 2009, p. 1231-1255.

SILVA, Lazara Cristina da. *Plano de Ações Articuladas e a formação docente*. VI Seminário Nacional de Educação Especial. Dezembro. 2014.

SOUSA, Luís Carlos Marques. *A autonomia da escola pública nas políticas educacionais de Pernambuco: de 1985 a 2002*. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em educação da UFPB; João Pessoa/PB, 2006.